



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2006

Acta n.º 5

Ao quinquagésimo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 22:30 horas, na Auditório Municipal dos Paços do Concelho, por convocatória de dois de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 16/11/2005 e 21/11/2005; -

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos pedidos de autorização para, a isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Avenida da Liberdade e isenção das taxas e mensalidades relativas à ocupação da loja - florista, obras de remodelação e revitalização funcional do mercado dos Calços, nos termos da alínea a) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo a celebrar entre o Município de Albufeira e a sociedade Construções Lagarça, Lda, proprietária da Quinta do Gamito, sitio de Vale Paraíso, Albufeira, em definição das bases de mútua colaboração para cedência de área para edificação de instalações municipais; -----

A sessão inicialmente agendada para a Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, teve de ser transferida para o Auditório Municipal, devido ao elevado número de cidadãos que compareceram para assistir à referida sessão. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira de Oliveira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre

Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. - -----

FALTAS: Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e Vítor José Correia Maria Vieira. ----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Francelina Lourenço e Vitor Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira e Sílvia Duarte Correia da Rosa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal começa por pedir desculpas pelo atraso, mas devido à afluência do público foi necessário transferir a sessão de Assembleia para outro local. Se seguida passa a palavra ao Segundo Secretário, Eugénia Baptista, para fazer a chamada. Havendo quórum (vinte e seis presenças), a sessão inicia-se. -----

Presidente da Assembleia - Pedia silêncio na sala. Esta, como é uma Assembleia Ordinária, começa por ter antes da Ordem de Trabalhos, um período de intervenção do público e como está aqui tanto público, presumo que quer mesmo intervir. Portanto, em termos regimentais e legais, temos uma hora para o público. Eu agradecia que todos aqueles que se quiserem pronunciar sobre assuntos de interesse, procedam às suas inscrições. Também nos termos regimentais, o público deve ter a cautela de não exceder dez minutos de intervenção. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra ao primeiro munícipe, para intervir. -----

Joaquim Cruz - Na cidade velha, o Polis destruiu a cidade: Escadarias que tinham oito degraus, agora existem vinte e um. Onde existiam quatro, agora existem oito. Há deficientes a viver naquela zona. Todos os dias, temos de andar com ela ao colo. É esta mobilidade que dão a Albufeira, capital do turismo? Vejam lá se fazem alguma coisa pela terra, já que deixaram o Polis destruir tudo o que lá havia de bom. Eu peço ao Sr. Presidente que faça alguma coisa por Albufeira. É o órgão máximo da autarquia, faça cumprir a Lei. Já lhe entreguei as leis que estão em vigor no país. Nada do que está lá feito, está dentro da Lei. Nada. Inclusive está uma rampa com um metro e vinte, a Lei diz com um metro e cinquenta. Existem fabricantes de cadeiras de rodas, que as fazem com um metro de eixo, não cabem lá. Estão a fazer rampas para carinhos de bebé, é o que "eles" respondem à minha mulher. Na rua com mais inclinação, a rua central (Rua Nova), com quatro rampas, tem o problema resolvido, chegando lá ao cimo já toda a gente se pode movimentar. Um outro assunto: há quase quarenta e oito horas, que não tenho água em casa. Telefone para a Câmara, dizem que é do Polis; telefone para o Polis, dizem que é da Câmara. Eu não sei onde é que vivo? Eu penso que é em Portugal, não é a Republica das Bananas. Tenho dito. Obrigado. -----

José Paulo Ribeiro - A minha questão é em relação às obras que estão a fazer na Avenida da Liberdade e, na forma de minorar os problemas das pessoas que lá trabalham e têm os seus estabelecimentos, pois, como não há possibilidade das pessoas se deslocarem a pé, eu e os restantes comerciantes, não temos possibilidade de fazer negócio. No entanto, continuamos a suportar todas as despesas mensais, em especial com a segurança social. Deveria ser feito um contacto com a Segurança Social, a fim de não termos esse custo. Quanto às obras, estas não avançam, não sei se há um plano de obras, o que era muito importante, assim como o cumprimento dos prazos para a conclusão das obras. -----

Manuel Nascimento - Boa noite a todos. Eu começo por lamentar que os grandes problemas de Albufeira sejam tratados numa hora, aliás, no ano passado, mais concretamente em Junho, intervi numa Assembleia Municipal e até ao dia de hoje ainda não recebi qualquer resposta por parte desta. O nosso grande partido político não é o Benfica, nem o Sporting, mas sim Albufeira. Fiz um índice de tudo o que acho estar mal em Albufeira e dado que só tenho dez minutos para falar, vou ler apenas alguns pontos do meu índice, aqueles que acho mais relevantes: A arriba entre o pontão e o Inatel, que está a ser descaracterizada com soluções aberrantes e de curta duração. Também a destruição das arribas naturais e grutas da Praia do Peneco, que caracterizavam a bela praia onde começou o turismo em Albufeira, no ano de sessenta e dois; O Porto de Abrigo encontra-se muito perigoso. É o único Porto algarvio que só abriga em mar chão, pois em zona onde o Levante chega, é aberto a Levante e quando as ondas de sudoeste galgam, irá provocar estragos e insegurança, conforme infelizmente já se provou; O entulhamento ou adubamento, como eu lhe chamo, entre Albufeira e Pêra, destruíram os melhores pesqueiros da nossa Costa; A Marina de Albufeira precisa de ajuda e não de críticas, é uma autêntica Legolandia a precisar de vida, de movimento e de barcos de cruzeiro que lá atraiam, de forma a desenvolver-la; Outra questão, são as zonas verdes com palmeiras raquíticas por todo o concelho, a substituir os mais belos e eficazes loendros da Circular; Outra questão, são os esgotos ridículos, em que tomamos banho em lixívia e em outros produtos que não sabemos o que são e desta forma, não conseguimos uma única bandeira azul para as praias de Albufeira; O centro de Albufeira, outro nojo, e a nova rotunda na entrada de Albufeira que é titulada de Poço da Morte, onde ninguém se questionou sobre a imensidão do lago que se gerou há uns cinquenta anos, á entrada do actual colectador do barranco, quando da última cheia e do risco que a abertura dessa passagem representa para as inúmeras caves entretanto construídas no leito da cheia. O colectador actual em caso de cheia fica todo entupido. Fazem-se as asneiras e ninguém responde por elas; As nossas rotundas, ridículas, a das minhocas é deprimente, incompatível com o carisma natural de Albufeira e com a imagem de qualidade em turismo; O sistema de trânsito em Albufeira, onde aparentemente e teoricamente a pretexto de beneficiar o peão, reduzindo o trânsito motorizado, e onde está previsto um pequeno parque de estacionamento de duzentos e nove lugares, servirá apenas para matar a vida do Centro de Albufeira. O centro de Albufeira deveria ser um centro comercial e a fazerem as coisas como estão a fazer acabam por destruir o turismo; Saliento também, o parquinho de estacionamento

previsto para o campo de futebol do Inatel, que não irá servir para nada, relativamente aos movimentados meses de Verão. O Polis, pergunto: quem manda no Polis? É a Câmara Municipal? Não houve uma calendarização eficaz, não houve o mínimo de planeamento e todos os que manifestam discordância com a forma de intervenção do Polis, são considerados de "travões". -----

Isabel Nascimento - Queria apenas lamentar a duração das intervenções do público, pois não é em sessenta minutos que se resolvem os problemas da população. Era de extrema importância, alterar o regulamento municipal no artigo em que prevê o período de intervenção do público, porque dez minutos para o público intervir é muito pouco. Normalmente quando há muito público e está interessado a intervir, deveria ser dado mais tempo para as intervenções e não apenas uma hora, como está estipulado na Lei. Deveria haver excepções. -----

António Marante - Estamos cá todos esta noite com o mesmo interesse localizado. O Polis foi um instrumento que veio auxiliar as Câmaras Municipais, é uma boa coisa e já mostrou resultados noutras cidades do país. Eu não estou contra o Polis, nem a maior parte dos que aqui estão, no entanto, existe uma grande falta de informação quanto às obras a efectuar, seu início e sobretudo seu término. Eu como empresário que sou, tenho o meu estabelecimento encerrado há cerca de dois meses, com os meus funcionários em casa, suportando os ordenados com os mesmos e sem saber quando irão retomar os seus postos. Se cada um se co-responsabilizar pela sua parte, e se houver uma concentração de esforços, conseguimos resolver este problema sério. Não vamos andar todos a dar tiros nos pés, porque ainda acertamos nos calos. E para terminar: Albufeira está toda estatelada, toda revirada. -----

Luis Reis - Boa noite. Começo a minha intervenção manifestando o meu acordo com os vários comentários proferidos pelos anteriores intervenientes. Informo todos os presentes, que está a ser construído uma pérgula no Largo do Rossio, a 1,30 m da intersecção da Rua Elói Santos Silva com a Latino Coelho. Pérgula essa que além de dimensões desproporcionadas de altura e perímetro, nada tem a ver com o espírito arquitectónico do local, classificado como histórico, causando desta forma uma grande revolta por parte da população residente local. Pergunto ainda: com que critério foi dada à primeira rotunda de Albufeira, perto do Centro de Saúde, a denominação de Rotunda do Rotary, a qual todos estão em desacordo? Nós em Albufeira temos individualidades com muito mais valor local, tais como pintores, poetas, escritores, e muito mais. Não compreendo. -----

Não havendo mais inscrições de momento, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que responda aos munícipes. -----

Presidente da Câmara - Antes de responder a algumas questões, obviamente que não poderei responder a todas, uma a uma, mas vou procurar ser objectivo. Em termos sintéticos, aquilo que tenho para vos dizer aqui, é o seguinte: Toda a gente, de um modo geral, com mais informação ou menos informação, tem conhecimento de que o Programa Polis foi apresentado em Albufeira através de uma apresentação pública, exactamente no dia vinte de Dezembro de dois mil. A partir daí, desenvolveu-se uma série de procedimentos, que visou, claramente, dar cumprimento a um Plano que foi

pensado para uma cidade que precisava urgentemente de ser completada, de ser organizada e portanto, aqui, houve a preocupação, na altura, dos governantes deste país e penso que Albufeira ficou agradada com essa possibilidade. Se bem se lembram, cerca de dez cidades do país foram contempladas. Na altura era uma Câmara não gerida por mim, mas depois executivo seguinte comprometeu-se de corpo e alma, a dar cumprimento aquilo que era importante, que era importante intervir, qualificar e obviamente aproveitar os fundos comunitários que estavam destinados a que Albufeira pudesse ser reorganizada. Com erros, com defeitos, com tudo aquilo que cada um de nós como cidadãos pode entender, cada um de nós tem ideias concretas das coisas e, de facto, é que houve um procedimento: os projectos foram apresentados às associações, à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal. Portanto, houve uma evolução no sentido de se avançar para as obras. Este processo foi demorado, nos anos de 2003/2004, houve problemas complicados com aquilo que eram os fundos. Digamos, o conseguir convencer e assumir, por parte do Estado, essas responsabilidades. A Câmara assumiu os seus compromissos. Durante o ano de 2003 assumiu os seus compromissos, daquilo que foi o pagamento do capital social por parte da Câmara e o Estado não o fez, só veio a fazê-lo, depois, em 2004. E isso foi porquê? Foi para garantir que a execução das obras pudessem ainda ser feitas nesta cidade. Há aqui outras questões, que têm a haver com questões de admissão: Há os projectos, de facto, são objecto de concursos públicos; há empresas que se candidatam, cumprem todas as regras; as regras estão definidas no objecto dos concursos, quer em termos técnicos, quer em termos financeiros, quer em tudo aquilo que dá a obrigação da entidade adjudicatária, neste caso o Polis, escolher os concorrentes em função das propostas; há, obviamente, os prazos e as penalizações de cada um dos concorrentes a quem é adjudicada a obra; e depois, há um acompanhamento directo da Fiscalização que acompanha a obra, que é uma fiscalização, objecto de concurso de adjudicação da obra; há o acompanhamento do Polis e há o acompanhamento da Câmara Municipal; e depois há, obviamente, as exigências junto dos empreiteiros e, essas exigências têm a ver com aquilo que nós entendemos que é importante. Disse importante, porquê? Porque estamos numa cidade, como vocês sabem, que vive essencialmente do turismo e onde temos calendários muito apertados para a execução das obras. Deu muito "jeito", que em algumas zonas não se fizessem obras antes do fim do ano. O fim do ano, em algumas zonas, foi extremamente importante para criar um "balão de oxigénio", em termos financeiros, para alguns comerciantes que vivem essencialmente do turismo. Mas depois, o que acontece? Ninguém quer que as obras continuem depois da Páscoa. Nós estamos limitados em tempo. Albufeira está balizada. Eu lembro-me do Luis falar comigo e pedir para que as obras no Rossio, não comessem antes do fim de Outubro/início de Novembro. Porquê? Porque estava a ser um bom ano, havia sol e havia turismo. Mas, por outro lado, não pode passar do dia sete de Abril, porque a Páscoa é no dia catorze. As coisas têm sido balizadas com esta regra: não começar antes de e não acabar depois de. E aqui o que acontece? Nós, Sociedade Polis, que adjudica a obra, obviamente que tem procurado junto dos empreiteiros, que as coisas aconteçam rapidamente. Não tem acontecido. Não tem acontecido que os empreiteiros

tenham assumido, pelo menos a nosso gosto, aquilo que são as suas obrigações. Daí a nossa preocupação, permanente, junto dos empreiteiros, de modo a reforçar o pessoal, a maquinaria, os horários nocturnos, ou seja, a trabalhar mais horas do que aquelas que a Lei exige, de modo a podermos assumir o compromisso. Há um compromisso que eu assumi em todas as reuniões que tive sobre as obras, da Av. Da Liberdade, Largo Eng. Duarte Pacheco, do Cais Herculano, é que as obras iniciar-se-iam dentro deste período, Novembro/Dezembro e que até sete de Abril, haveria condições para as pessoas circularem e pudessem ter acesso às lojas. Portanto, neste momento, em termos daquilo que é o calendário das obras, atendendo que estão ligeiramente atrasadas, eu mantenho a convicção de que pela Páscoa, vai haver condições na Av. Da Liberdade, no Largo Eng. Duarte Pacheco, para que as pessoas possam circular e um pouco condicionado na Av. 25 de Abril. Tenho que vos dizer que, neste momento, acho importante que acreditemos nisto, a parte da Câmara Municipal tem intervindo a mais alto nível das suas responsabilidades. Por outro lado: junto da Segurança Social, que é trabalho feito em conjunto com as Associações que aqui estão, tínhamos pedido uma reunião, com carácter de urgência, com o Sr. Secretário de Estado, no dia nove de Janeiro, só hoje é que obtive a informação de que a reunião vai ser agendada para a semana. Estou convicto que vai ser agendada com o objectivo de ajudar e dar um sinal positivo em relação aquilo que as Associações e a Câmara Municipal solicitaram. Ou seja, neste momento há por parte da Câmara, junto daqueles que são os empreiteiros e junto das Instituições de carácter social, digamos, um esforço e uma exigência para serem dados seguimentos às questões fundamentais: a primeira é acreditar que a obra vai ser feita. Albufeira vai ter um Verão que venha ao encontro das expectativas para todos aqueles que lá trabalham e vivem. Nós estamos num ano turístico que vai ser extremamente importante. Daquilo que é dado pelas sondagens, há condições para ser um bom ano turístico. Portanto, vamos todos acreditar, vamos dizer lá para fora que é possível. A Câmara Municipal está de corpo e alma com aquelas obras, está atenta diariamente. Esse é o esforço feito por toda a gente. Há muita gente que está a desejar que as coisas corram mal, o concelho de Albufeira não merece que se faça a vontade a estas pessoas. O que está aqui em causa é exactamente isto: trabalharmos todos de braço dado, defendermos a nossa cidade e exigirmos aos empreiteiros que cumpram os prazos, exigirmos ao Estado que cumpra as suas obrigações. Por outro lado, há um compromisso da Câmara, que eu assumi com vocês: é que nas zonas de intervenção não há taxas de publicidade, não há taxas de ocupação da via pública, não há taxas de saneamento e não há taxas de resíduos sólidos. Neste momento está em preparação um documento para ir a reunião de Câmara e depois à Assembleia Municipal, exactamente para isentar essas taxas. Esta é, claramente uma área, onde a Câmara tem feito exigências junto do Secretário de Estado, com o objectivo de minimizar estas situações. Isto vem ao encontro daquilo que o Dr. Marante à bocado disse, que é o trabalho que foi feito com o objectivo da minimização. É preciso termos a convicção de que, na altura própria as coisas vão estar em condições de funcionar. Portanto, meus amigos, eu acho que temos de dar um sinal muito positivo em relação ao que é preciso fazer e que é preciso ir lá para fora. Não podemos dar tiros nos pés,

estamos todos do mesmo lado, todos com uma convicção e todos a acreditar que as coisas vão ser feitas. É esta imagem que tem que passar, porque esta imagem que passamos é que faz com que venham pessoas visitar Albufeira. Depois da requalificação, depois do espaço estar organizado, do espaço estar mais limpo e mais bonito, obviamente que há maior satisfação nesses turistas. O investimento que está a ser feito em Albufeira, neste momento anda à volta de dois milhões de contos. Neste momento, embora sejam pequenos, relativamente a parques de estacionamento, está a ser feito um e vai começar outro em Março. O parque de estacionamento do Inatel, ainda não começou porque o processo do Inatel teve uma providência cautelar por parte do Inatel, já tinha o processo de declaração de utilidade pública daquele terreno. Portanto, as situações não são idênticas e vamos tirar partido do esforço, do investimento que neste momento os fundos comunitários nos dão para tentar concretizar. Procurar, junto dos empreiteiros, todos os dias, saber se algumas situações dependem de nós para serem atempadamente organizadas. Está a ser dado esse sinal todos os dias, com pessoas em permanente contacto, para que não haja atrasos por parte da Câmara. O Vereador Carlos Quintino todos os dias vai á obra e fala com o empreiteiro. Eu, todos os dias, ou falo com o empreiteiro, ou com o Eng. Cercas e, portanto, há aqui um acompanhamento de todo o processo. É evidente que há questões que não estão a correr bem, mas eu acho que neste momento em termos de convicção não é uma situação dramática, é uma situação para todos nós estarmos com atenção e estarmos todos preocupados num só sentido. Esta é, claramente, a nossa forma de procurar que Albufeira, em Abril, possa ter condições, os transportes a circular, que as pessoas já possam visitar a baixa, possam andar em segurança. Quando chegar ao fim de Abril, se estas questões não estiverem de acordo com aquilo que neste momento são as garantias do empreiteiro, com os dados que nós temos, então, nessa altura, cada um tem de assumir as suas responsabilidades e tem de haver explicações para a razão de eventualmente haver algum atraso. Eu acho que neste momento, temos de estar todos preocupados, atentos e sermos um pouco exigentes, com a convicção de que eles estão a aumentar a capacidade de resposta em relação a máquinas, a pessoal e a horário nocturno. Tudo isto vai de certa forma, dar uma mais valia em relação aquilo que vai ser feito lá em baixo. Independentemente daquilo que está a ser feito, há neste momento um trabalho preparatório entre a Câmara e a Sociedade Polis, com o objectivo de procurar programas de animação, valorização, ou seja, de publicitar a obra para fazer com que ela depois possa ser mais visitada. Estas são as razões que levam a que além da obra em si, em paralelo com as associações, venhamos a trabalhar num objectivo, de valorização e divulgação da zona. Esta é também, claramente, uma parte compensatória. Porque melhorar um produto, para termos mais eventos, isso vem claramente criar condições para que haja mais pessoas a visitar a baixa de Albufeira. Vocês sabem que, se não houver uma intervenção na baixa de Albufeira, as infraestruturas subterrâneas eram complicados. À bocado quando o Arq. Nascimento falou da Enseada com os esgotos domésticos, o que nós estamos a fazer é corrigir todos os esgotos domésticos que correm neste momento para um determinado sitio e vão ter á praia. É procurar que as canalizações que estão

velhas, sejam corrigidas. Ou seja, dar uma nova qualidade a todas as infraestruturas que estão enterradas e que há dezenas de anos ninguém mexe. É um dos objectivos também desta intervenção. Em relação às obras da Av. Da Liberdade e Jardim: estão em condições de circular a partir da semana de sete de Abril. São os dados que nós temos, eu não posso dar outros. Eu acho que nós temos de acreditar que as coisas podem ser feitas. Se houver um reforço de trabalho, de pessoal, de maquinaria e de horário, porque não será possível? Algumas das infraestruturas já estão enterradas e concluídas, e outras a serem feitas. Estes são os dados que nós temos. Eu não posso estar a dizer que só vai estar pronto não sei quando. A minha obrigação é dizer aquilo que temos, face ao compromisso com o empreiteiro, ao contrato e face à calendarização. -----

Joaquim Cruz - Fui o primeiro a intervir, para puder obter logo a resposta e sair mais cedo, pois tenho de que ir para o mar, e até agora não obtive resposta do Sr. Presidente relativamente ao que mencionei. -----

Presidente da Câmara - Vou-lhe dar já a resposta, não há qualquer objectivo de fugir à resposta. Aquilo que nós combinamos foi, reunir a máxima documentação e entregar à Sociedade Polis, para que até ao final da obra as situações fossem corrigidas. Ainda ontem falei com o Eng. Cercas sobre aquele troço, onde ele me disse que havia situações que iriam ser corrigidas assim que houvesse condições na obra. A obra ainda não está terminada. -----

Tirei alguns dados que vos gostaria de explicar: neste momento, como vos disse há pouco, o investimento que existe nas várias frentes de trabalho, é cerca de dois milhões de contos. Está previsto no conjunto das obras cerca de cinco milhões de contos. Algumas estão em execução, outras estão a lançar concurso. No entanto, existem duas mais complicadas: uma é a mata do Inatel, que neste momento diria que a decisão está um pouco na mão do Sr. Ministro do Ambiente; a outra é a história do Parque de Estacionamento, no antigo campo de futebol do Inatel. A partir do momento que a Sociedade Polis e a Câmara conseguiu o processo da expropriação, o Inatel moveu uma providência cautelar, no sentido de travar o processo. Assim que o Tribunal decidir, penso que estas questões estão resolvidas para avançar. Estão aqui algumas intervenções, alguns dados, que me parecem importantes em termos de esclarecimento. Ainda quero dizer que, desde a primeira hora a minha disponibilidade e a minha vontade, é resolver e ajudar a encontrar soluções. Muita gente tem o meu contacto, o telefone está ligado vinte e quatro horas por dia, nunca me desviei de qualquer contacto ou informação. Com as Associações, todas as vezes prestei esclarecimentos. Com qualquer um, enquanto cidadão, também não tenho problema em o fazer. Acho que tenho sido sempre objectivo. A Câmara Municipal tem assumido as suas responsabilidades, tem assumido aquilo que era a sua cota parte neste processo, em parceria com aquilo que o Estado assumiu e portanto, a nossa vontade é fazer com que essas verbas venham para o concelho de Albufeira, porque há muita gente a "esfregar as mãos" à espera que não possa ser gasto aqui e seja desviado para outras cidades do país. Acho que é importante termos aqui a oportunidade de requalificar e

procurar corrigir alguns erros. É isto que vos queria dizer e obviamente, continuarei á vossa disposição para esclarecer qualquer questão. Obrigado. -----

Munícipe - Pedia algum esclarecimento sobre as obras do Rossio. -----

Presidente da Câmara - Amanhã, a seguir ao almoço, vou ao Rossio. -----

José Vitorino Neves - Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara desse algumas explicações relativamente à Av. Da Liberdade - Largo da Praça dos Pescadores. -----

Presidente da Câmara - Em relação a essa zona, o Sr. Arquitecto falou sobre esse Plano de Pormenor. Já foi publicado e vai estar em discussão pública a partir do dia oito de Março. É um Plano de Pormenor que vai apanhar toda aquela zona desde a esquina do supermercado Sipel e vai à praia dos Pescadores/ cais Herculano. Se todo o processo decorrer normalmente e depois não demore muito tempo para publicação. ----

Domingues - Também gostaria que me fossem dados alguns esclarecimentos relativamente à Rua Joaquim Pedro Samora. -----

Representante Associação de Pescadores - Boa noite. Estou aqui em representação dos Pescadores de Albufeira e gostava que o Sr. Presidente da Câmara me informasse sobre a data para o inicio das obras de demolição dos armazéns de depósito de apetrechos, aqueles que estão no Largo da Praia dos Pescadores e se já temos local para ficarmos instalados. -----

Manuel Mourão - Boa noite. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, para quando está previsto a conclusão das obras de Saneamento, na Rua S. Gonçalo Lagos, dado que há mais de um ano que tiveram inicio. -----

Presidente da Assembleia - De quem ainda não tenha falado, alguém mais se quer inscrever, para lhes ser dado esclarecimentos? -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara, para dar mais alguns esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara - Em relação aquelas obras lá em cima, está a ser feito um esforço para o acabamento o mais rápido possível e, falei com a Tecnovia, segunda-feira, para uma vez por todas acabar tudo aquilo que não tenha a ver com a história da arqueologia. Em relação à arqueologia: é preciso publicitá-la e mostrar que aquelas obras também trouxeram alguma coisa positiva, em termos culturais e históricos. Em relação à rua S. Gonçalo Lagos, aquele problema do saneamento, vamos fazer agora a tal ligação que não chegou a ser feita na altura, no Verão, tendo em conta que era uma altura complicada. Vai ser feito neste período, até já está adjudicada o troço, são vinte e poucos metros, para fazer uma correcção no saneamento. Com esta correcção, vai deixar de acontecer os problemas que aconteceram no ano passado. Em relação à história do Porto de Abrigo: é uma história que já se vem a arrastar há muito tempo. Já houve verbas em PIDAC e já deixou de haver. Já houve indicações para as obras serem lançadas a concurso, mas depois não houve cabimentação, houve alguns entraves. Falei com a Sra. Secretária de Estado e também falei com o Sr. Eng. David Assureira, que é um homem dos Portos, que disse que os processos estavam lá. O de Albufeira e o de Quarteira, eram os dois que estavam para avançar este ano. Obviamente que é preciso lançar concurso, é preciso executar a obra, mas é preciso encontrar uma solução para que haja condições para vocês trabalharem. Provisoriamente, ou com

apoios, isso tem de ser feito. Não há condições para avançar com a obra, sem vocês estarem devidamente instalados, isso está fora de questão. É preciso ter em conta que não é uma obra do Polis e não é uma obra da Câmara, mas é uma obra que obviamente nós estamos permanentemente preocupados, desde há muito tempo e temos falado já várias vezes sobre o assunto. É uma obra do Governo. Neste caso concreto, o Sr. Secretário de Estado, em Outubro, falou comigo e deu-nos garantias que Albufeira e Quarteira, estão prontos para avançar para concurso. Aquilo não é terra de ninguém, ninguém tem jurisdição sobre o Porto de Abrigo e, obviamente, que é muito complicado fazer essa gestão não tendo a Câmara essa responsabilidade. -----

Representante Associação de Pescadores - Eu acredito que a Câmara não está a agir de má fé, mas também acredito que as obras do Polis não estarão concluídas em Abril.

Presidente da Assembleia - Mais alguém quer intervir? -----
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o período destinado aos munícipes e inicia o período de intervenção destinado aos membros da Assembleia. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Francisco Calhau - Boa noite a todos. Quero salientar aqui as preocupações relativas às obras que decorrerem da Sociedade Polis e a Câmara, na requalificação de Albufeira. As preocupações que foram referidas, são preocupações que todos nós temos. Penso que, todos os Partidos representados na Assembleia em 2000, o ano em que foi apresentado o projecto, votaram favoravelmente essa requalificação. Todas as pessoas que na altura representavam os diferentes órgãos municipais, entenderam que não haveria condições financeiras para o município fazer face a toda essa requalificação, se não fosse através deste programa de financiamento. Naturalmente que, desde essa altura, a bancada do PSD com assento nesta Assembleia, manifestou preocupações com a calendarização das obras. Não é uma preocupação que tenhamos apenas hoje, só porque estamos perante uma grande presença de munícipes preocupados. Preocupação que temos desde essa altura, quando na calendarização se falava, por exemplo, em recargas do areal na praia do Inatel e na Praia dos Pescadores para realizar em plena época balnear. Mostramos preocupações também, quando, salvo erro, se previa a realização de obras no decurso de um ano e meio no Largo Duarte Pacheco. Nós manifestámos, em devido tempo, essas preocupações. Portanto, hoje, não estamos a mostrarmo-nos preocupados, dada a circunstância do auditório estar cheio. Entendemos, no entanto que as questões que aqui foram referidas, são pertinentes. O Sr. Presidente da Câmara já o afirmou, há necessidade de todos nos juntarmos para fazer a este problema de interesse da cidade, que é de todos, para que se cumpram os prazos estipulados, e no sentido de que eventuais atrasos possam ser minimizados. Assim, propomos que seja constituída uma Comissão e que seja constituída por um representante de cada uma das principais Associações com actividade no concelho: AHETA, AIHSA, ACRAL, ARESTA; que possam designar alguém; que todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal possam indicar um membro da Assembleia para fazer parte nessa Comissão; que a própria Câmara tenha um elemento na Comissão

e que a mesma seja dirigida pela Mesa da Assembleia. Direi ainda que, essa Comissão, depois de realizar os trabalhos que entender pertinentes, bem como o acompanhamento e análise de todo o processo que tem a haver com as obras em curso, e das que estejam para concretizar, sendo objecto de análise em Assembleia Extraordinária que será convocada para esse efeito. Este é o nosso entendimento. É isto que vamos propor por escrito. E entendemos que as pessoas que hoje estão preocupadas, representantes das Associações das actividades, podem dar o seu contributo para que as coisas daqui para a frente se possam cumprir, que as nossas preocupações não passem apenas de preocupações, colaborem activamente consciencializando conjuntamente com a Assembleia, com a Câmara, para que efectivamente se possa fazer alguma coisa que garanta que os prazos são cumpridos, ou no mínimo, os eventuais atrasos são minimizados. Obrigado. -----

Vitor Neto - Boa noite. Sou o líder da bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal e queria, em primeiro lugar, felicitar todos os cidadãos de Albufeira presentes aqui esta noite. Gostava de dizer ao meu amigo Manuel Nascimento, que não foi antifascista, não sabe se hoje é democrata, no fundo o que nós tivemos aqui hoje, foi uma grande prova de democracia e se ele aqui hoje falou é porque nós vivemos em democracia e devemos-nos congratular com isso. Acho que foi muito importante esta vossa presença, no fundo vem dar força às eleições que elegeram os representantes que aqui estão, de vários partidos, mas no fundo, a democracia não se pode limitar aos que são eleitos em eleições, mas sim, deve ouvir a voz de todos os cidadãos em qualquer momento. Sobre a questão que está em causa, gostava de dizer o seguinte: nós assumimos frontalmente toda a nossa responsabilidade, nós não adiamos a tomada de decisões e nós, digamos, tudo faremos, e daremos toda a nossa colaboração para que os problemas derivados da situação criada pelo Polis, se resolvam dentro dos prazos que nos interessam. Porquê? Porque os cidadãos, são os de Albufeira, os interesses são de todas as pessoas, independentemente do Partido em que tenham votado, mas é evidente também, meus caros amigos, que nós devemos saber distinguir a responsabilidade. Nós estivemos de acordo com o Polis, todos os partidos políticos estiveram, porque consideramos que isso era necessário para a requalificação da nossa cidade, para defender o futuro da economia desta cidade e o trabalho dos trabalhadores que aqui trabalham, mas (não sei se o Manuel Nascimento ainda está aqui presente), como ele diz, tem muito tempo livre, podia muito bem ir consultar as actas da Assembleia Municipal e verificar que nós, nos últimos quatro anos, chamamos a atenção, alertamos a Câmara Municipal, para os atrasos na implementação do Polis. Ouvimos todas as razões que nos foram apresentadas: falta de dinheiro; falta disto; falta daquilo, mas o que é certo, Sr. Presidente e Srs. colegas das outras bancadas, é que nas outras cidades do nosso país onde houve Programa Polis, ele está terminado, praticamente em quase todas, só aqui é que isso não foi possível. Portanto, eu acho que houve uma subestimação, houve uma falta de coragem, houve um empurrar para a frente para fugir às consequências e as dificuldades provocadas. É evidente que se tenha tido situações nada agradáveis e, portanto, foi-se empurrando para a frente. É isto que criou esta situação, porque as dificuldades não se geram, fazendo num

momento e fazendo noutro, elas existem sempre. E há outra coisa, é que não se conseguiu ganhar a opinião pública dos cidadãos, para a compreensão dessa dificuldade. Ainda agora, estamos aqui a ouvir a proposta de uma Comissão. Uma Comissão, no fundo para quê? Para diminuir responsabilidades? Nós estamos disponíveis para participar em todas as Comissões, mas eu proponho outra Comissão. Proponho que o Sr. Presidente da Câmara, seja ele, em primeira pessoa, como fazem os comandantes dos exércitos quando há necessidades e há batalhas difíceis, assumir o comando das tropas, não passe para um Vereador, para dois Vereadores e para três Vereadores e que tenha o telefone ligado vinte e quatro horas por dia. Não! Quem tem que falar com os empreiteiros, quem tem que saber que as obras, naquele dia, pararam, ou como se diz muitas vezes, estão lá duas pessoas a trabalhar e deviam estar vinte ou trinta, ou aquela que foi interrompida e que não se sabe porquê. É o Sr. Vereador que é responsável por isso? Tem de ser o Sr. Presidente da Câmara. Eu proponho que se faça uma Comissão, dirigida pelo Sr. Presidente da Câmara, que venha responder à Assembleia Municipal, às Associações. Essa Comissão que o Senhor propõe, é uma Comissão de acompanhamento inócua. Nós temos falta, é que o Sr. Presidente da Câmara assuma a responsabilidade directa, perante a população de Albufeira e terá todo o nosso apoio, acerca dos prazos a cumprir para a realização das obras. Esta é que é a questão fundamental. Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara tem que informar permanentemente os cidadãos das zonas afectadas pelas obras, sobre o andamento das obras e sobre a previsão da continuidade das obras. As pessoas não podem ser todos os dias surpreendidas com novas situações, ninguém lhes disse nada e todos os dias têm de telefonar para o Sr. Presidente da Câmara (tem o telefone sempre ligado), para saber porque se fez isto ou aquilo. São questões fundamentais que têm de ser resolvidas. Portanto, o Sr. Presidente é o responsável, porque foi o primeiro eleito para este executivo. O Sr. Presidente tem que chefiar e dirigir as obras, em primeira pessoa, tem que dar a cara por elas, e ter à sua volta a equipa que será necessária. Nós, por nosso lado, estamos disponíveis para colaborar, para apoiar, para digamos, ajudar em tudo aquilo que for necessário, com o nosso trabalho, para que as obras se cumpram no prazo estabelecido. -----

Francisco Calhau - É só para dar um pequeno esclarecimento. É que a Comissão não vai a eleições, o Presidente de Câmara é que vai a eleições. O que se pretende é que, através dessa Comissão, se possa dar voz e dar a possibilidade a que as pessoas que aqui vieram manifestar as suas preocupações, poderem, através dessa Comissão, acompanhar, dar as suas opiniões, manifestar as suas preocupações no momento e de uma forma que possa ser ouvida e possa ser actuante. É essa a ideia. Se as pessoas entendem que as Comissões assim estão mal, não sabemos como fazer de outra maneira. Agora, pretendemos é que, através dessa Comissão, se possa fazer um acompanhamento e permita garantir que as Associações, que vão estar representadas, possam ter uma voz activa durante o tempo das obras. -----

Presidente da Câmara - Ainda há muita gente aqui na sala e, é preciso que as coisas fiquem clarificadas. O Presidente da Câmara sempre deu a cara pelo Polis, sempre o tem assumido desde a primeira hora. Sou eu que me tenho reunido com todos os

empresários, com todas as pessoas das várias zonas, sobretudo aquilo que tem sido feito em Albufeira. Eu, é que assumo na Sociedade Polis, aquilo que é a responsabilidade da Câmara. Eu, é que durante muitas noites, preocupei-me e quase não dormi, enquanto não havia garantia dos financiamentos para as obras do Polis em Albufeira. Você sabe que isso é verdade. Portanto, desde a primeira hora que o fiz e continuarei a fazer. E quando digo que há um Vereador Permanente que vai à obra, é apenas para me dizer, independentemente de eu ter contacto com os empreiteiros, é preciso que esteja mais gente disponível no local. Ontem estive duas horas na obra e amanhã vou à obra. Vou à obra sempre que for possível. Nunca deixei de ter responsabilidades, não é agora que, ao assumir uma Comissão, onde já faço parte do Conselho, onde assumo as responsabilidades, onde exerço o meu direito e onde exerço a minha capacidade de liderança em relação a todas as questões que têm a haver com a intervenção Polis, eu não posso ser acusado, nem culpado de querer garantir em última instância, quase no último dia do ano de 2003, que viesse para Albufeira o investimento que está a fazer com que esta cidade possa ser requalificada, possa ser organizada e possa dar-lhe uma imagem de qualidade, possam ser feitos parques de estacionamento, possa haver condições para maior mobilidade das pessoas, dos peões e de todos aqueles que visitam a zona que está agora em intervenção, obviamente com defeitos e com algumas situações que ninguém consegue controlar, mas há aqui uma coisa que nunca deixei de fazer: dei a cara durante as eleições, durante todo o mandato, enquanto fui vereador em outro mandato e continuarei a dar a cara. Portanto, o que está em primeiro lugar para mim, é Albufeira, independentemente dos Partidos Políticos, conforme já disse e continuarei a dizer. Sr Deputado, estou disponível para dar a cara, não estou disponível para assumir uma Comissão, como deve calcular, porque já estou num local de responsabilidade e portanto não fazia sentido. É só para explicar, para que as pessoas percebam que vou continuar a dar a cara, mais gordo ou mais magro, mas, graças a Deus, é de cara lavada. Obrigado. -----

Vitor Neto - Nunca duvidei que o Sr. Presidente não assumiu a responsabilidade. A responsabilidade é a principal para as obras do Polis. -----

Francisco Oliveira - Boa noite. Eu queria congratular-me com a questão da proposta da Comissão, mas queria também lembrar que existe uma Comissão de Acompanhamento do Polis que não funciona há não sei quanto tempo. Portanto, se calhar, tinha sido bom que essa Comissão se tivesse reunido com os representantes das Associações das várias actividades, para que então não se chegasse a esta situação. Aquelas questões que são agora colocadas pelos comerciantes, são questões técnicas, naturalmente não serão resolvidas aqui nesta Assembleia, efectivamente já se teriam ultrapassado. Portanto, a Comissão de Acompanhamento deveria ter reunido, deveria ter tratado das questões atempadamente e, desculpem-me, mas não é agora com uma nova Comissão, eventualmente vamos reunir, mas vamos perder algum tempo com todas estas situações. -----

Adriano Ferrão - Eu tenho estado a congratular-me com a razão de haver esta Assembleia. Realmente, sessões assim, são sessões que se tornam enriquecedoras e é a maneira que todos nós temos de participar. A preocupação que existe com o decurso

das obras do Polis é de todos. É dos pequenos cidadãos e é de nós que representamos os cidadãos neste órgão e por isso, nós comungamos das mesmas preocupações. Uma das coisas que é real e nós já tivemos aqui conhecimento, é realmente a entrega total que o Sr. Presidente da Câmara tem dado a esta questão, junto das entidades competentes, junto do Governo Central, todas as suas responsabilidades para que funcione, e que continua a fazer. Liderar uma Comissão, como a que o PS trouxe aqui, não me parece ser nada de eloquente ou desejado. O que está aqui e por o que o público me disse, é que tem que haver um esforço colectivo, um compromisso de Albufeira para com a situação actual. Se todos nós dermos as mãos, vamos conseguir levar este trabalho adiante. Isso foi aqui dito por uma pessoa do público. Eu penso que é essa a formula que vai dar o efeito desejado e vai conseguir que Albufeira tenha a seu tempo as obras concluídas e, permita que os negócios dos comerciantes de Albufeira, corra na normalidade desejada. A Comissão que o PSD propõe aqui é precisamente a expressão simbólica desse esforço, é unir os representantes do povo, que estão aqui, para se conseguir levar a cabo esse trabalho. Fiscalizar o que lá está a ser feito, pressionar, estar presente, é importante e, é esse o convite, é esse o desafio que nós estamos a fazer à bancada do PS e que o PS quer delegar na pessoa do Presidente, enfim, com fins políticos. Nós não queremos isso. -----

Paulo Freitas - Eu gostava de perceber o que os membros do Partido socialista estão a tentar trazer à discussão, mas não consigo. Não consigo perceber, porque é que tentar assacar responsabilidades ao Presidente da Câmara e seu Executivo, se não é este o responsável pela obra nem pelo Polis. A declaração do PSD, nas palavras do Eng. Calhau, quer criar uma Comissão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara tem as competências que lhe são atribuídas no âmbito de Câmara Municipal. Na Assembleia Municipal, têm poderes os seus membros, poder para constituir Comissões e elas presidir. O Sr. Presidente da Câmara não tem poderes para presidir nenhuma Comissão nesta Assembleia. O Sr. Presidente poderá participar, no âmbito das suas competências enquanto e apenas Presidente da Câmara Municipal e tem-no feito com toda a responsabilidade. Ouvimos aqui hoje, o Sr. Presidente dirigir-se a uma série de munícipes pelo nome próprio, significa que os conhece, significa que conhece as suas situações, as que têm vindo aqui apresentar, significa que tem falado com eles, tem-lhes dito "ainda ontem estive consigo"; "ainda hoje estivemos a falar", procura saber o problema das pessoas e está em cima do acontecimento. Não podemos querer acatar responsabilidades que não são da Câmara Municipal, que não são do município, são da Sociedade Polis, que é comandada em 60% pelo Estado Português. A Câmara tem na Sociedade Polis apenas 40%. Quem lidera a Sociedade Polis é o Governo pela CCDR, portanto, é o dono da obra. A Câmara Municipal tem assumido a responsabilidade, de acompanhar, de dar a cara por essas questões, tentar saber o que se passa e, corrigir e pressionar os empreiteiros. E quando se diz Câmara Municipal, diz-se Sr. Presidente, diz-se Srs. Vereadores, os que estão eleitos e têm competência legal. Não é por um Sr. Vereador ir lá abaixo, que tem menos capacidade que o Sr. Presidente da Câmara, nem tem menos dignidade ao exercer o seu cargo. Não queremos atribuir ao Sr. Presidente todas as responsabilidades. O Sr. Presidente tem estado em cima dos acontecimentos

e tem tentado resolve-los dentro daquilo que lhe é legalmente possível. Assim, e da minha parte pessoal, digo ao Sr. Presidente que tem feito um excelente trabalho, defendendo os interesses dos munícipes; tem feito um excelente trabalho para além das suas competências de modo a tentar resolver os eventuais atrasos que hajam na conclusão das obras e estamos confiantes que elas vão estar concluídas em tempo e que esta Assembleia e os munícipes de Albufeira se vão orgulhar daquilo que vai acontecer lá em baixo, porque foi desse pressuposto que toda a Assembleia Municipal, todos os Paridos votaram a aprovação do Programa Polis. -----

Ricardo Silva - Existe de facto a Comissão de Acompanhamento do Polis, embora surja uma nova Comissão por as pessoas que se preocupam com as questões do Polis. De facto, nós na Assembleia, temos tido uma postura que por vezes não é a postura devida. A Comissão reúne só pelo simples facto de ser sido proposta. Eu, de facto, queria saber se a obra Polis começou em Janeiro por simplesmente ter sido travada pelo Sr. Presidente da Câmara (pelas suas palavras), ou não? A informação que eu tenho é contrária, ou seja, houve pressão por parte dos empresários e pessoas daquela zona, para que a obra tivesse começado antes. Não sei se corresponde ou não à verdade? Pelas suas palavras, a obra só começou dia seis, porque existia pelo meio a passagem de ano, que era essencial. Tenho dito. -----

Francisco Oliveira - Não entendo o porquê da constituição de uma nova Comissão de Acompanhamento DO Programa Polis, quando já foi criada uma Comissão e que há uma série de tempo que não reúne. Se não reúne, a constituição de uma nova Comissão para quê? O PS não está contra a constituição da Comissão, estamos a favor. O que nós dizemos é que a Comissão devia ser presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, para que as coisas avançassem, para que tivéssemos autorização. Quanto ao que foi dito aqui para Albufeira, em que de facto, a Sociedade polis, com 60 % do Estado, 40% das Câmaras e então a razão pela qual em muitas Câmaras os processos estão tão avançados e os de Albufeira não estão. As percentagens são exactamente as mesmas em todas as Sociedades Polis, onde o Presidente da Câmara é membro da Sociedade Polis e o Governo nomeia um representante. Quanto à questão das obras em si, das mesmas terem sido iniciado em determinada altura, parece que estamos perante um processo que é um processo faseado. Pelos atrasos do Governo, está-se agora a tentar fazer obras que deveriam ter sido feitas ou programadas com algum tempo de antecedência e com medidas perfeitamente diferenciadas, talvez para ganhar algum tempo estas obras estão a cair exactamente no mesmo tempo, no mesmo momento, provocando as consequências referidas aqui. Quero aqui deixar, que os membros do partido Socialista não estão contra o Polis, não estão contra a intervenção em Albufeira, entendem é que, de facto, a mesma tem de ser devidamente programada. --

Francisco Calhau - Eu já ouvi vários... -----

Vitor Neto - E posso dar mais. -----

Presidente da Assembleia - Agradeço que não interrompa. Não vamos entrar em diálogo. -----

Francisco Calhau - Podemos ir ver o volume de obras que está a ser realizado em Albufeira, comparativamente às outras cidades. Eu lembro-me perfeitamente dos

investimentos que estavam previstos e acho que até foi o próprio Partido Socialista que na altura, se mostrou orgulhoso pelo número de investimentos que vinha para Albufeira, em obras que estavam previstas e que doutra forma seria difícil de concretizar, e que iriam permitir a requalificação total de Albufeira, Deve estar em acta, é uma questão de irmos ver. Era só um esclarecimento, porque na verdade as coisas são bem diferentes. -----

Presidente da Câmara - Eu acho que é altura de não entrarmos em determinado tipo de conversas. Há aqui obviamente interesse. O Polis de Albufeira não pode ser comparado a outros Polis. Eu faço lembrar aos Srs. deputados que houve Programas Polis que foram apresentados já com o projecto executado e com obras em curso, estou a falar de Castelo Branco, Beja, Viseu, Viana do Castelo. Estou a falar de programas Polis, com obras já em curso e com projecto executado. Viseu tinha já o Pavilhão Multiuso. O Programa de Albufeira foi implementado e trazido para Albufeira. Parte do Plano Estratégico, feito rapidamente, cerca de um mês e pouco, deram a oportunidade de o Plano vir para Albufeira. Os Polis têm diferenças. Cacém, o sítio onde foi apresentado o Programa Polis, na altura do Eng. António Guterres, é o Polis mais atrasado, só agora vão começar as obras. Almada, está também com problemas de execução. É preciso esclarecer que nem todos os Polis são iguais. O Polis de Albufeira, foi com base num Plano Estratégico. Não façam confusão. Não pode ser tudo igual. A Câmara de Albufeira e o Estado e aquilo que foi objecto do trabalho da Sociedade polis no âmbito de lançar os concursos, preparar os processos, adjudicações, os timings são estes. Nós não podemos fugir dos timings, porque foram estes os conseguidos. É preciso haver algum rigor nestas coisas. Não podemos comparar os Polis todos, eles não Têm comparação com o de Albufeira. O de Beja, já está a acabar, porque já havia obras em curso. É isto que é preciso explicar. E em relação ao Fim de Ano, não é justificação disto ou daquilo, é porque face á adjudicação, face ao contrato e à classificação da obra, começar oito dias antes era complicado, portanto, em termos de opção e do que foi falado, começar antes do Natal ou começar no dia dois de Janeiro, não havia grande relevância. Eu não disse que era exigência disto ou daquilo, foi falado e foi ponderado, nessa situação. Ouve aqui algum equilíbrio no que ia ser feito. Eu não disse que tinha sido por imposição, disse é que Albufeira tem estas limitações e portanto, há aqui uma preocupação, porque as preocupações obviamente que são as vossas. Há aqui questões que não podemos fazer comparação. Está esclarecido e sabem disso, é que os polis não são todos iguais e o de Albufeira tem características, foi com base num plano estratégico, não havia nada feito, nada pensado. A partir desse Plano é que se desenvolveu todo o Programa e depois de todo o Programa estar feito, dos projectos e de termos as garantias do financiamento e candidaturas aos fundos comunitários, lançaram-se as obras e, os timings são estes, por esta razão, não há outra razão. ----

O Presidente da Assembleia pergunta se mais algum membro quer usar da palavra. Não havendo mais intervenções, lê a proposta que deu entrada na Mesa e coloca-a a admissão (doc.1). -----

doc. 1 1

PROPOSTA

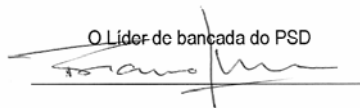
Sessão de Assembleia Municipal de Albufeira - 15 de Fevereiro de 2006 -

Os membros do PSD propõem a constituição de uma Comissão de Acompanhamento das Obras no âmbito do Polis, constituída por:

- 1 membro de cada Associação representativa das actividades económicas no concelho;
- 1 membro de cada Partido com assento nesta Assembleia;
- 1 membro do Executivo Camarário.

Esta Comissão deverá ser presidida pela Mesa da Assembleia.

O Líder de bancada do PSD



VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia - Sobre esta proposta algum membro desta Assembleia pretende pronunciar-se? -----

Fernando Neves - Não entendo para quê mais uma Comissão se já existe uma? -----

Presidente da Assembleia - Mas já há alguma Comissão da Assembleia? Eu desconheço. Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: COMISSÃO -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia - Srs. membros da Assembleia, tendo em conta o regimento, consta nele que as Assembleias deverão terminar à meia-noite. Eu penso que hoje, devido aos atrasos que houveram pelas mudanças de sala, para que o público pudesse assistir a esta Assembleia dignamente e nela participar, houve um atraso de cerca de uma hora. Portanto, parece-me que estes assuntos, dentro da Ordem do Dia, têm interesse e penso que não sejam demorados, eu, Presidente da Assembleia, proponho que prolonguemos os trabalhos, desde que não excessivamente, para ver se conseguimos cumprir a Ordem do dia. Coloco a votação esta proposta. -----

VOTAÇÃO: CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Antes de entrar na Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia pergunta se mais algum membro quer intervir. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para ser feita a leitura resumida da correspondência. -----

Depois de lida a correspondência o Presidente da Assembleia dá início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 16/11/2005 e 21/11/2005; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: ACTA DE 16/11/2005 -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: um (1) Euridice Vieira -----
 Votos a favor: vinte e dois (22) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Maria Baptista, Ana Pífarro, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Berto Palma. -----
 Ausentes: três (3) Pedro Ferro, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----
VOTAÇÃO: ACTA DE 21/11/2005-----
 Votos a contra: zero (0) -----
 Abstenções: quatro (4) Euridice Vieira, Carlos Gabriel, Maria Baptista e Ana Pífarro. ---
 Votos a favor: dezanove (19) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Berto Palma. -----
 Ausentes: três (3) Pedro Ferro, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

 O Presidente da Assembleia, altera a ordem de trabalhos, devido a ausência, de momento, do Sr. Presidente da Câmara. Passa-se ao terceiro ponto. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos pedidos de autorização para, a isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Avenida da Liberdade e isenção das taxas e mensalidades relativas à ocupação da loja - florista, obras de remodelação e revitalização funcional do mercado dos Caligos, nos termos da alínea a) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----
 Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----
VOTAÇÃO: -----
 Votos a contra: zero (0) -----
 Abstenções: zero (0) -----
 Votos a favor: vinte e três (23) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Maria Baptista, Ana Pífarro, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Berto Palma. -----
 Ausentes: três (3) Pedro Ferro, Ricardo Silva e Francisco Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo a celebrar entre o Município de Albufeira e a sociedade Construções Lagarça, Lda, proprietária da Quinta do Gamito, sitio de Vale Paraíso, Albufeira, em definição das bases de mútua colaboração para cedência de área para edificação de instalações municipais; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: nove (9) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Sílvia Rosa, Cristiano Cabrita, Maria Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

Ausentes: dois (2) Pedro Ferro e Ricardo Silva. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não há intervenções por parte dos membros. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 16 de Fevereiro de 2006 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____